

WASHINGTON NOVAES

Biodiversidade e globalização

Enfiados em nossas gavelas enfumaçadas nas megalópoles, costumamos esquecer-nos de que pelo menos metade dos seres humanos – uns 3 bilhões de pessoas – ainda vive em zonas rurais. Nos países mais pobres, os habitantes das zonas rurais chegam a ser dois terços da população. Esquecemos também das consequências que têm sobre essas pessoas a destruição da diversidade biológica, hoje em processo acelerado.

Agora, um estudo minucioso da economista indiana Vandana Shiva, incluído entre os “background papers” do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1998*, das Nações Unidas, relata os efeitos devastadores que o processo da globalização têm tido sobre essa parte da humanidade, exatamente com a devastação da biodiversidade e a substituição, por padrões universais, de padrões locais de produção e consumo, padrões culturais, padrões medicinais, etc.

Vandana Shiva, também conhecida por seus estudos sobre globalização e gênero – os efeitos do processo sobre o contingente feminino da humanidade –, começa lembrando que biodiversidade não pode ser vista apenas do ângulo da conservação em si mesma, porque ela significa também, para os povos não integrados aos modelos já universais, alimento, remédio, energia, fibras, artesanato e até itens rituais. O conhecimento dessas pessoas está relacionado com isso. Assim, a erosão ecológica significa, para elas, não apenas a destruição ambiental, mas também de meios e modos de vida – que não terão como substituir, pois, ainda que isso fosse benéfico (e parece não ser), lhes falta renda para tanto.

O problema é particularmente grave no que se refere à biodiversidade na agropecuária, que corresponde à diversidade de ecossistemas. Os produtores dependem da diversidade para ter adubo orgânico. Ela é fonte de nutrientes (principalmente nitrogênio) e forragem para o gado. Mas as plantas das quais provêm estão desaparecendo, com a introdução de monoculturas.

No início da agricultura, conheciam-se umas 80 mil plantas comestíveis. Depois, passou-se a cultivar umas 150. Hoje, dependemos de apenas 8 para prover 75% dos alimentos no mundo. E, o que é mais grave, segundo a Comissão de Recursos Genéticos da FAO, mais de 50% das variedades dos 20 alimentos mais importantes que existiam no início deste século já desapareceram –



Não há tempo a perder: a devastação chega de modo muito rápido

aí incluídos arroz, milho, trigo, aveia, cevada, feijão e ervilha. Cada uma delas adaptada a um clima, a um tipo de solo, nível de umidade, com textura, paladar e aroma diferenciados.

Nos Estados Unidos, no fim do século passado, o Departamento de Agricultura relacionava 275 variedades de maçãs; hoje, são menos de 12, das quais três encontráveis nos supermercados.

Só são comercializadas em escala maior duas variedades de feijão, duas de ervilha, três de algodão, quatro de batata, quatro de arroz, seis de soja, seis de milho e nove de trigo. Na França, há poucas décadas, eram encontráveis cerca de 250 variedades de vegetais, frutas e temperos; hoje, menos de 60. Nos países industrializados, 90% dos alimentos são processados industrialmente (e por isso reduz-se o rendimento para o produtor, que agora só recebe uns 15% do preço final). Concentram-se, portanto, a produção e a renda. Cerca de 60% dos grãos produzidos na Europa se devem a apenas 6% dos produtores; 80% da carne suína e 90% das aves provêm de 10% dos produtores.

Costuma-se argumentar que

os ganhos de produtividade, por esses caminhos, são enormes, que esse é o único caminho para alimentar cada vez mais pessoas. Mas, segundo a economista indiana, isso não é provado empiricamente, não inclui todas as contas. Primeiro, porque as monoculturas e a extinção da biodiversidade retiram a capacidade de produção dos mais pobres, que, por outro lado, não têm renda suficiente para integrar-se nos mercados (provocando custos sociais). Segundo, porque as avaliações de produtividade não levam em conta todos os benefícios da diversidade (incluindo o valor dos serviços prestados pelos ecossistemas) e deixam de somar os custos ambientais das monoculturas. Na média, diz Vandana Shiva, as policulturas, com cinco unidades de insumos, criam 100 unidades para consumo, enquanto nas monoculturas a relação seria de 300 unidades de insumos para 100 produzidas. Por isso, as últimas dependeriam tanto de subsídios, como está acontecendo no hemisfério norte (algumas centenas de bilhões de dólares/ano), onde a incorporação de insumos químicos e combustíveis fósseis eleva muito os custos.

Os números citados pela economista são impressionantes. Uma comparação, por exemplo, entre variedades de trigo encontráveis no norte da Índia e aquelas introduzidas pela “revolução verde” mostra estas últimas com

produtividade 25% inferior, na melhor hipótese. Mas a diferença pode chegar a 100%, se comparada a melhor variedade nativa com a menos produtiva das outras. Mesmo quando as variedades introduzidas têm produtividade mais alta, se esta for medida comparando também o consumo de água e de fertilizante, a vantagem reverte para as variedades nativas, por largas margens, que podem chegar a 250%.

O estudo entra ainda pelos campos da propriedade intelectual do conhecimento da biodiversidade e o crescimento da biopirataria (tema de um dos últimos números da revista *Time*, que cita números e fatos que levam a pensar). Mas pode-se parar por aqui.

O Brasil deveria refletir muito sobre essas coisas, principalmente no momento em que os alimentos transgênicos poderão apressar e intensificar muito a padronização da produção e a perda da diversidade. Afinal, de acordo com o 1.º *Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica*, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, temos entre 10% e 20% da diversidade biológica do planeta, a flora mais rica (entre 55 mil e 60 mil plantas superiores, cerca de 22% do total mundial), 10% dos anfíbios e mamíferos, 17% das aves, mais de 3 mil espécies de peixes de água doce, 5 a 10 milhões de insetos – a maior parte ainda nem descrita pela ciência. Temos a maior floresta tropical remanescente, a maior área de savana em um país (o cerrado), a mata atlântica e seus impressionantes repositórios de diversidade biológica, o Pantanal de Mato Grosso (a mais significativa área úmida conhecida), os biomas costeiros e marinhos (cerca de 3,5 milhões de km² sob jurisdição brasileira) e os remanescentes da caatinga.

Quando se pensa no que pode estar contido aí em termos de alimentos, medicamentos e novos materiais, vê-se que o futuro só não estará assegurado se não formos competentes. Que mais justiça social é perfeitamente possível se soubermos trabalhar de acordo com nossas especificidades, nossas peculiaridades, nossa abundância (de terras, de sol, de recursos hídricos)? E não podemos esquecer que, da população brasileira, mais de 20% – acima de 30 milhões de pessoas – ainda vivem na zona rural. A cada década, um terço da população rural migra para zonas urbanas, multiplicando os já gravíssimos problemas dessas áreas, como têm lembrado os professores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay.

Não há tempo a perder, a devastação acontece em alta velocidade. E não será cortando recursos para o meio ambiente que encontraremos o caminho.

